



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SEXTA CÂMARA

Processo nº. : 13804.003699/98-42  
Recurso nº. : 131.888  
Matéria : IRF/LL - Ano(s): 1990  
Recorrente : CIA. DE CIMENTO PORTLAND MARINGÁ (SUC. DE MARINGÁ  
S.A. CIMENTO E FERRO-LIGA)  
Recorrida : 5ª TURMA/DRJ em SÃO PAULO – SP I  
Sessão de : 05 DE NOVEMBRO DE 2002  
Acórdão nº. : 106-13.025

**IRF - OPÇÃO PELA VIA JUDICIAL** - Não se conhece do recurso, quando a mesma matéria está sendo discutida pelo mesmo contribuinte na via judicial, posto que somente esta tem o poder de fazer coisa julgada, tornando inócuas a decisão na esfera administrativa.

Recurso não conhecido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por CIA. DE CIMENTO PORTLAND MARINGÁ (SUC. DE MARINGÁ S.A. CIMENTO E FERRO-LIGA).

ACORDAM os Membros da Sexta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do recurso face à opção pela via judicial, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ZUELTON FURTADO  
PRESIDENTE

THAISA JANSEN PEREIRA  
RELATORA

FORMALIZADO EM: 22 JAN 2003

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros SUELI EFIGÊNIA MENDES DE BRITTO, ROMEU BUENO DE CAMARGO, ORLANDO JOSÉ GONÇALVES BUENO, LUIZ ANTONIO DE PAULA, EDISON CARLOS FERNANDES e WILFRIDO AUGUSTO MARQUES.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**

Processo nº : 13804.003699/98-42

Acórdão nº : 106-13.025

Recurso nº : 131.888

Recorrente : CIA. DE CIMENTO PORTLAND MARINGÁ (SUC. DE MARINGÁ  
S.A. CIMENTO E FERRO-LIGA)

**R E L A T Ó R I O**

Cia. de Cimento Portland Maringá, já qualificada nos autos, recorre da decisão da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em São Paulo, por meio do recurso protocolado em 11.07.02 (fls. 231 a 239), tendo dela tomado ciência em 17.06.02 (fl. 230 - verso).

Trata o presente processo de pedido de restituição de valores pagos referentes ao imposto de renda na fonte sobre o lucro líquido, o qual foi cumulado com pedido de compensação com débitos de terceiros.

A Delegacia da Receita Federal em São Paulo (fls. 180 a 182) considerou decadente o direito de a contribuinte pleitear tal restituição, posto que o pedido foi protocolado em 30.12.98 e o indébito ser referente a pagamentos anteriores a 31.12.93.

A empresa, não concordando com o despacho dado pela autoridade administrativa, apresentou sua manifestação de inconformidade às fls. 208 a 216, na qual afirma em síntese:

> O pedido de restituição se baseia na declaração de constitucionalidade proferida pelo Supremo Tribunal Federal, a qual foi objeto da Resolução nº 82/96 do Senado Federal;

> A decisão da Delegacia da Receita Federal contraria o entendimento dos tribunais, que determinam que o prazo prescricional seja contado a partir da declaração de constitucionalidade;



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº : 13804.003699/98-42  
Acórdão nº : 106-13.025

- Caso assim não entenda a Delegacia da Receita Federal de Julgamento em São Paulo, deve, então, ser aplicada a contagem de 5 anos para a Fazenda Pública homologar o lançamento e, no caso de ausência da homologação expressa, mais cinco anos para que seja cobrado executivamente o crédito tributário;
- Se a Fazenda Pública tem 10 anos para cobrar, o contribuinte tem igual prazo para solicitar a restituição do indébito.

A Delegacia da Receita Federal de Julgamento em São Paulo (fls. 225 a 119), por meio de sua 5ª Turma, decidiu, por unanimidade de votos, não conhecer da manifestação de inconformidade, *em face da ocorrência de concomitância entre o presente processo administrativo e a ação judicial impetrada pelo interessado, na qual se discute o mesmo objeto* (fl. 225). Assim ementou seu acórdão:

*Assunto: Processo Administrativo Fiscal*

*Ano-calendário: 1990*

*Ementa: ILL. RESTITUIÇÃO. CONCOMITÂNCIA.*

*A existência de ação judicial, em nome do interessado, importa em renúncia às instâncias administrativas, no que concerne à matéria objeto da ação.*

*Impugnação não Conhecida.*

A autoridade a quo afirma que a contribuinte ajuizou, na Justiça Federal – 13ª Vara Federal de São Paulo, a ação ordinária em processo de nº 96.0000235-5 na qual postula a compensação ou a repetição do indébito relativo aos valores recolhidos a título de ILL. O Juiz Federal julgou procedente a ação declaratória, considerando, contudo, prescrito o direito de ação no que diz respeito às parcelas vencidas em prazo superior a cinco anos, contado retroativamente da data do despacho inicial que determinou a citação. Tal decisão foi reformada no que tange à prescrição, posto que o Tribunal Regional Federal da 3ª Região considerou que, *não tendo havido a homologação expressa do pagamento efetuado, a extinção do direito de*

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº : 13804.003699/98-42  
Acórdão nº : 106-13.025

*pleitear a restituição só ocorreria após o transcurso do prazo de cinco anos, contados da ocorrência do fato gerador (art. 150, § 4º, do CTN), acrescido de mais cinco anos, contados daquela data em que se deu a homologação tácita, isto é, a partir de 1999(fl. 228). Estaria, desta forma, abrangido o período requerido pela contribuinte.*

Em seu recurso (fls. 231 a 239), a empresa afirma que não ocorreu a decadência de seu direito de pleitear a restituição e que houve contradição no acórdão da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em São Paulo, posto que a autoridade *a quo* entendeu que restava prejudicada a manifestação da SRF em decisão administrativa em vista da supremacia da decisão judicial, com isto restabelece-se indevidamente a decisão da Delegacia da Receita Federal de origem, sendo que seu requerimento foi devidamente formulado. Afirma que o seu pedido na via judicial tem o mesmo fundamento de seu pleito na esfera administrativa e que, *com efeito, a manifestação de inconformidade somente poderia ser rejeitada se fosse antagônica em relação à decisão judicial, que não é o presente caso* (fl. 238).

É o Relatório. 



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**

Processo nº : 13804.003699/98-42  
Acórdão nº : 106-13.025

**V O T O**

Conselheira THAISA JANSEN PEREIRA, Relatora

A contribuinte vem constantemente afirmando que existe uma ação judicial que tem o mesmo objeto do pedido de restituição, cumulado com o de compensação, presentes nestes autos. Constatamos tal assertiva nos documentos juntados às fls. 33 a 69, que se tratam da decisão do Juiz Federal Wilson Zauhy Filho, da Justiça Federal em São Paulo, do acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e de Mandado de Segurança concedido pela Justiça Federal em São Paulo.

Assim é que a empresa Cia. de Cimento Portland Maringá optou pela via judicial para discutir a restituição ou compensação do imposto sobre a renda retido na fonte e incidente sobre o lucro líquido - ILL, onde se discute a decadência, inclusive, conforme se observa dos trechos elaborados pela Justiça Federal às fls. 36 e 44:

*Face de todo o exposto JULGO PROCEDENTE o pedido para o efeito de a) DECLARAR a inexistência de relação jurídico-tributária que obrigue as autoras a recolherem o tributo imposto sobre o lucro líquido, instituído pelo artigo 35, Lei 7.713, de 22 de dezembro de 1988, por ter sido declarada constitucional sua cobrança em relação à sociedades anônimas e, b) DECLARAR o direito das autoras a se compensar os valores recolhidos indevidamente, no período, com tributo da mesma espécie, in casu, o imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica, até o encontro dos respectivos valores a contar do trânsito em julgado da decisão. DECLARO PRESCRITO o direito de ação com relação às parcelas vencidas em prazo superior a cinco (05) anos, contado retroativamente da data do despacho inicial que determinou a citação. (fl. 36 – grifos no original)*

*Com efeito, não tendo ocorrido a homologação expressa, a extinção do direito de pleitear a restituição só ocorrerá após o transcurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados da ocorrência do fato gerador (art. 150, §*

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº : 13804.003699/98-42  
Acórdão nº : 106-13.025

*4º, do Código Tributário Nacional), acrescido de mais 5 (cinco) anos, contados daquela data em que se deu a homologação tácita, isto é, a partir de 1.999. (fl. 44)*

Assim, não se pode conhecer do recurso em vista da opção da contribuinte pela via judicial, posto que somente esta tem o poder de fazer coisa julgada. Não há o que se falar em decisão administrativa quando o mesmo objeto está sendo julgado na via judicial, pois seria inócuia a discussão, em vista da preeminência da decisão judicial frente à administrativa.

Pelo exposto e por tudo mais que do processo consta voto por não conhecer do recurso em vista da opção pela contribuinte da via judicial.

Sala das Sessões - DF, em 05 de novembro de 2002.

  
THAISA JANSEN PEREIRA